

AS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO RURAL ENTRE AS DÉCADAS 1930- 1960 EM PELOTAS/RS

MAGDA DE ABREU VICENTE¹; GIANA LANGE DO AMARAL²

¹ UFPEL/FAE/PPGE – magdabreu@gmail.com ² UFPEL/FAE/PPGE – gianalangedoamaral@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva contribuir com as discussões acerca da Educação Rural no Brasil, entre as décadas de 1930-1960, enfocando aspectos de políticas públicas educacionais para a cidade de Pelotas/RS e prioriza a área do conhecimento em Educação e História da Educação.

No Brasil, nesse período, percebe-se a preocupação de que fossem concretizadas as expectativas de um projeto de nacionalização e de contenção do êxodo rural. Nesse sentido, na cidade de Pelotas, constata-se que muitas escolas teuto-brasileiras principalmente ligadas à religião protestante na zona rural, passaram para o poder público municipal. Isso em função das inúmeras exigências governamentais para que ela se adequassem ao ensino de bases nacionalistas. Ressalta-se que, também, novas escolas foram criadas na zona rural com a finalidade de atender à imposição do nacionalismo no campo educacional apregoados neste momento da história. O problema desta pesquisa é atentar para este momento a fim de saber se realmente os discursos se aplicaram na prática de revigoração do ensino na zona rural, ou se, pelo contrário, manteve-se uma educação mais voltada para a zona urbana, então já bastante desenvolvida em termos populacionais neste momento.

Busca-se com este estudo também enfatizar as práticas educacionais que se efetivaram, tendo por base aspectos da educação agrícola rural apregoadas pelo governo federal. Ressalta-se que o pensamento de “modernização agrícola” brasileiro advinha de países europeus e dos Estados Unidos. Os principais autores que embasam este trabalho foram: WERLE (2008), BASTOS (2002), CALAZANS (1993), OLIVEIRA (2003) e MENDONÇA (2007), dentre outros que versam sobre a Educação Rural, Estado Novo, Políticas Públicas e Ensino.

2. METODOLOGIA

Este trabalho que se encontra em sua fase inicial está sendo realizado em nível de doutoramento junto ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Como fontes para análise têm-se o periódico Boletim de Educação Rural publicado pela Secretaria Estadual de Educação do RS (1950) a Revista do Ensino do RS, os jornais pelotenses Diário Popular e Opinião Pública e os relatórios dos intendentos municipais.

É importante ressaltar que os impressos possuem características gerais e diferem conforme sua destinação: jornais, revistas, almanaques, obras literárias etc. Desde a chamada História dos Anais, com evidência nas relações cotidianas e mesmo nas relações de poder, outro valor foi dado para a análise deste tipo de fonte, pois elas possuem, no geral, características que as distinguem e as identificam.

Como afirma Luca (2005, p. 132), “a grande variação na aparência, imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos

de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos”.

Conforme Bastos os periódicos costumam delinear ações e condutas assim como são fontes de pesquisa que costumam direcionar ideológica e culturalmente as práticas e opiniões:

Nessa perspectiva [refere-se à imprensa como um lugar estratégico do discurso], a imprensa cria um espaço público através do seu discurso – social e simbólico – agindo como mediador cultural e ideológico privilegiando entre o público e o privado, fixa sentidos, organiza relações disciplina conflitos. Como um discurso carregado de intenções, constitui verdades, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga saberes (grifo da autora) que homogeneízam, modelam e disciplinam seu público leitor. (BASTOS, 2002, p. 152).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas primeiras décadas da república brasileira acentua-se a preocupação com a formação educacional no campo e para o campo no Brasil.

Há no discurso republicano a ênfase na importância da instituição de modelos educacionais progressistas que não vinham sendo contemplados pelo governo imperial. Como afirma Nascimento (2004, p. 56) “a propaganda republicana produziu a imagem de um século XIX no Brasil como a de um verdadeiro deserto pedagógico e social” no qual inexistiam ideias ou práticas modernizantes e progressistas.

No início do período republicano este discurso se aprofunda em meio a um cenário de crescimento urbano onde a atuação de trabalhadores se voltava para as fábricas. Os representantes das oligarquias e setores da agricultura preocupam-se com a formação para o trabalho no campo, principalmente no que se refere ao trabalhador braçal.

Com a instalação do Estado Novo, em 1937, o projeto de “Nacionalização da Educação” foi defendido pelo Secretário de Educação J. P. Coelho de Souza (1937-45) com intuito de instigar “a renovação que havia de marcar a nova etapa de educação no RS, com início em 1937, que constituiu um esforço desassombrado e vigoroso, que motivou a maior e exemplar experiência educacional no Estado”. (BASTOS, 2002, p. 46 e 47).

Quando Coelho de Souza assume a Secretaria de Educação, de 1937 até 1945, há o que Quadros (2006) considera uma profissionalização da Educação no estado. O referido secretário cria uma organização burocrática e busca junto a alguns representantes da Educação no país, dentre eles Lourenço Filho, subsídios para tornar o ensino menos empírico e mais profissional.

Data, portanto, da nacionalização do ensino, razão pela qual não deve ser subestimada pela historiografia educacional, o processo de organização de um sistema educativo estatal no Rio Grande do Sul, orientado e planejado a partir de diretrizes teóricas, técnicas e administrativas que redefiniram o problema da educação, da escola e da profissionalização do magistério como problemas de ciência e de reforma. Nesse contexto, destaca-se o reaparelhamento da Sesp¹ /RS, com a ampliação de sua estrutura 1 Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. administrativa, e a implantação de novas formas de gestão na educação, no âmbito das quais adquiriram proeminência uma extensa e minuciosa normatização e burocratização e uma forte vontade disciplinante que se manifestou na prescrição detalhada dos programas de ensino das atividades escolares, na orientação pedagógica ao magistério e no controle

rígido e detalhado da execução da reforma educacional. (QUADROS, 2006, p. 71 e 72).

Tem-se nesse momento, no estado do Rio Grande do Sul uma nova forma de atuar, de governar, que WESCHENFELDER chama de formas de governar os rurais. A autora ao abordar sobre uma orientação para educação rural, que foi intensificada na década de 1950, assim comenta que “o manuseio do corpus discursivo permite observar que o investimento na formação dos professores rurais foi intenso, talvez esta tenha sido uma das mais importantes tecnologias de governo sobre os escolares neste período” (2003, p. 100). Essa intensificação de formação foi realizada através “de manuais didáticos, periódicos como a Revista de Ensino, de pareceres, regulamentações e outros dispositivos pedagógicos, como por exemplo, as práticas de planejamento” (técnica de Aprender a fazer fazendo) (WESCHENFELDER, 2003, p. 101).

Sendo assim, Quadros (2006) salienta para toda uma nova orientação que ocorrerá especialmente na direção de Coelho de Souza quando então coordena a Sesp/RS. Cria-se uma forma ideal de educação, surgindo assim muitas normativas para o professor, como concursos públicos, planos de carreira, construções de escolas via acessoria dos Municípios e convênios, criação de escolas rurais, incentivo a formação pedagógica dos professores, enfim, uma série de normativas que iriam padronizar o ensino no estado.

No RS, em 1938, assume o interventor Cordeiro de Farias no Estado que segue a política de nacionalização do ensino. Assim o Estado fazia fiscalizações forçadas chegando até mesmo intervenções policiais nas escolas. O Estado se volta para criar maior número possível de escolas livres, públicas e particulares. As escolas particulares no RS atendiam alguns alunos gratuitamente e tiveram até a década de 1940 subvenções do Estado nas zonas de imigração.

É fundamental ressaltar aqui o caráter rural que assumiam essas políticas. O ideário de Nacionalização era talvez a principal preocupação deste período, mas também estava vinculado às preocupações já aqui citadas de contenção do êxodo rural. Neste sentido este estudo pretende elucidar o quanto esta política também atendeu a zona rural.

Pontuam para o aumento das políticas para educação no Estado na década de 1930, 1940 e 1950 a criação do plano de carreira para o magistério em 1938, a criação de associações de classes (Associação de Professores Católicos, Associação Sul-rio-grandense de Educação e Associação de Professores Particulares).

4. CONCLUSÕES

Inicialmente pode-se constatar que há nessas décadas uma política mais intensa para a implantação e nacionalização das escolas de zonas rurais. No entanto, resta entender melhor como se deu esta política em Pelotas, elucidando se o projeto ruralização e nacionalização foi uma política sincronizada ou se, por outro lado, teve particularidades para políticas educacionais voltadas ao morador das zonas rurais.

Hoje, as políticas públicas voltadas para a educação rural continuam a existir, porém, ainda muito aquém das necessidades efetivas para uma educação que atenda as necessidades de quem ali vive. É sabido que as perspectivas do urbano seguem “ditando o rural”, embora, não há como se negar, tenha havido tentativas de

se efetivar mudanças no que tange à educação para o meio rural como de fato esta pesquisa já mostra.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro:

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos. Niterói: Rio de Janeiro, FAPERJ, 2007.

_____. O Ruralismo Brasileiro (1888-1931). Ed. Hucitec. São Paulo, 1997.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Memórias do Aprendizado. 80 anos do ensino agrícola em Sergipe. Edições Catavento, 2004.

Capítulo de Livro:

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: A imprensa e a história da educação. In: JUNIOR, D.G. & JOSÉ, C.S.A.(orgs.) Novos temas em História da Educação Brasileira. Campinas: São Paulo. Ed. Autores Associados. 2002.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural – traços de uma trajetória. In: TERRIEN, Jacques. Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 até 153.

WERLE, Flávia Obino Correa. Educação Rural: Impresso Oficial para o fortalecimento da Escola Pública Rural. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação. São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe. 9 a 12 de novembro de 2008. Aracajú-SE.

Tese/Dissertação/Monografia:

QUADROS, Claudemir de. Reforma, ciência e profissionalização da educação: o centro de pesquisa e orientação educacional no RS. Teses defendida na UFRGS em 2006.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A docência e as instituições escolares: pautas das políticas culturais para Educação Rural. In: WERLE, Flavia Obino Corrêa (Org.). Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007. p. 235-266.